

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Período: SETEMBRO/2012

**26/09/2012 Decreto Federal nº 7.812, de 20 de setembro de 2012, que estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de veículos para vias férreas, para fins do disposto no art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.**

Publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2012, o Decreto Federal nº 7.812, de 20 de setembro do mesmo ano, estabelece a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de *veículos para vias férreas*, conforme percentuais e descrições no *Anexo I*, com vista à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Em síntese, o Decreto nº 7.812/2012 regulamenta a Lei nº 8.666/93 (art. 3º) para estabelecer *margem de preferência* nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal, que deverá ser contemplada nos editais após 21/09/2012 e que será aplicada até 31/12/2015, para *aquisição de veículos para vias férreas (apenas para produtos manufaturados nacionais)*, conforme *regras de origem* estabelecidas em ato do Ministro do MDIC. O não atendimento do produto às estas regras ou a não apresentação tempestiva do *formulário de declaração de cumprimento da regra de origem* o considerará como produto manufaturado estrangeiro, o que implica a não aplicação da margem de preferência.

## ANEXO I

PRODUTO	CÓDIGO TIPI	MARGEM DE PREFERÊNCIA
Locomotivas elétricas	86.01 - toda a posição	20%
Outras locomotivas	86.02 – toda a posição	20%
Litorinas, VLTs e carros-motores	86.03 - toda a posição	20%
Veículos para inspeção e manutenção	86.04 - toda a posição	20%
Vagões de passageiros	86.05 - toda a posição	20%
Vagões de carga	86.06 - toda a posição	20%
Partes de veículos para vias férreas ou semelhantes	86.07 - toda a posição	20%

Cálculo da margem de preferência: calculada sobre o menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro, conforme fórmula prevista no *Anexo II* e condições deste regulamento.

Quando será aplicada a margem de preferência:

- a) após a fase de lances, na modalidade de pregão; e
- b) no julgamento e classificação das propostas, nas demais modalidades de licitação;

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



c) não será aplicada caso o preço mais baixo ofertado seja do produto manufaturado nacional.

A aplicação da margem de preferência não exclui:

- a) direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte;
- b) a negociação entre o pregoeiro e o vencedor da fase de lances.

A aplicação da margem de preferência fica condicionada ao cumprimento, no momento da licitação, do disposto no § 9º, do art. 3º da Lei no 8.666/1993.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no [link](#) abaixo.

O Decreto Federal nº 7.812, de 20 de setembro de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

**26/09/2012 Decreto Federal nº 7.810, de 20 de setembro de 2012, que estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de papel-moeda, para fins do disposto no art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.**

Publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2012, o Decreto Federal nº 7.810, de 20 de setembro do mesmo ano, estabelece a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de *papel-moeda*, conforme percentuais e descrições no *Anexo I*, com vista à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Em síntese, o Decreto nº 7.810/2012 regulamenta a Lei nº 8.666/93 (art. 3º) para estabelecer *margem de preferência* nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal, que deverá ser contemplada nos editais após 21/09/2012 e que será aplicada até 31/12/2011, para *aquisição de papel-moeda para impressão (apenas para produtos manufaturados nacionais)*, conforme *regras de origem* estabelecidas em ato do Ministro do MDIC. O não atendimento do produto às estas regras ou a não apresentação tempestiva do *formulário de declaração de cumprimento da regra de origem* o considerará como produto manufaturado estrangeiro, o que implica a não aplicação da margem de preferência.

## ANEXO I

PRODUTO	CÓDIGO TIPI	MARGEM DE PREFERÊNCIA
Papel-moeda para impressão	4802.56.91	20%
Papel-moeda para impressão	4802.57.91	20%

Cálculo da margem de preferência: calculada sobre o menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro, conforme fórmula prevista no *Anexo II* e condições deste regulamento.

Quando será aplicada a margem de preferência:

- a) após a fase de lances, na modalidade de pregão; e

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



b) no julgamento e classificação das propostas, nas demais modalidades de licitação;

c) não será aplicada caso o preço mais baixo ofertado seja do produto manufaturado nacional.

A aplicação da margem de preferência não exclui:

a) direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte;

b) a negociação entre o pregoeiro e o vencedor da fase de lances.

A aplicação da margem de preferência fica condicionada ao cumprimento, no momento da licitação, do disposto no § 9º, do art. 3º da Lei no 8.666/1993.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no *link* abaixo.

O Decreto Federal nº 7.810, de 20 de setembro de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

***26/09/2012 Medida Provisória 579, de 11.09.2012 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências e o Decreto nº 7.805, que Regulamenta a Medida Provisória no 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.***

Foram publicados na Edição do DOU, de 12.09 e 17.09.2012, respectivamente, a MP 579 e a sua norma regulamentadora (Decreto nº 7.805/12) que tratam das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, visando a redução do custo da energia elétrica para o consumidor brasileiro e competitividade do setor, contribuindo assim para o aumento do nível de emprego e renda no Brasil, segundo a exposição de motivos da MP.

A seguir mencionamos os principais pontos das normas.

DA MP 579, de 11 de setembro de 2012

Da prorrogação das concessões de geração de energia elétrica e do regime de cotas.

- as concessões de geração de energia elétrica, assim como as concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à autoprodução, cuja potência da usina seja igual ou inferior a 50 MW, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de 30 (trinta) anos;

- a prorrogação dependerá de aceitação expressa das seguintes condições:

- remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidrelétrica;
- alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela ANEEL, conforme regulamento do poder concedente; e

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



- submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.
- o disposto no artigo 1º da MP se aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica que forem ou não prorrogadas, ou que estejam com pedido de prorrogação em tramitação, também aplica-se às concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à produção independente ou à autoprodução;
- as prorrogações serão feitas a título oneroso, sendo o pagamento pelo uso do bem público revertido em favor da modicidade tarifária;
- o poder concedente poderá autorizar a ampliação de usinas hidrelétricas cujas concessões forem prorrogadas, observado o princípio da modicidade tarifária. Os investimentos realizados para ampliação serão considerados nos processos tarifários;
- as concessões de geração de energia termelétrica, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de 20 (vinte) anos;
- a prorrogação da concessão de geração de energia termelétrica deverá ser requerida pela concessionária com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses do termo final do respectivo contrato, sendo que em 90 (noventa) dias, contados da convocação para assinatura do contrato, tal deverá ocorrer, sob pena da impossibilidade da prorrogação;

Da prorrogação das concessões de transmissão e distribuição de energia elétrica

- as concessões de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos;
- a prorrogação dependerá da aceitação expressa das seguintes condições:
  - receita fixada conforme critério estabelecidos pela ANEEL; e
  - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.
- as concessões de distribuição de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica.
  - as concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão ou no termo aditivo.

Da Licitação

- as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas serão licitadas na modalidade leilão ou concorrência, por 30 (trinta) anos;
- não havendo a prorrogação do prazo de concessão e com vistas a garantir a continuidade da prestação do serviço, o titular poderá, após o vencimento do prazo, permanecer responsável por sua prestação até a assunção do novo concessionário, observadas condições:
  - caso não haja interesse do concessionário o serviço será explorado por meio de órgão ou entidade da administração pública federal, até que seja concluído o processo licitatório.

Dos prazos

- as prorrogações deverão ser requeridas pelo concessionário, com antecedência mínima de 60 (sessenta) meses da data final do contrato ou ato de outorga;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



- nos casos em que o prazo remanescente da concessão for inferior a 60 (sessenta) meses da publicação da MP, o pedido de prorrogação deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias da data do início de sua vigência;
  - a partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da convocação;
  - o descumprimento do prazo acima implicará na impossibilidade da concessão;
- o contrato de concessão ou o termo aditivo conterão cláusula de renúncia a eventuais direitos preexistentes que contrariem o disposto na MP;
- o poder concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 (sessenta) meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga;
- a partir da decisão de prorrogação, o concessionário terá 30 (trinta) dias para assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo;
  - o descumprimento do prazo acima implica a impossibilidade da prorrogação;
- na antecipação dos efeitos da prorrogação o poder concedente definirá, conforme regulamento, a tarifa ou receita inicial para os concessionários de geração, transmissão e distribuição;
- os prazos das concessões prorrogadas serão contados:
- a partir do primeiro dia subsequente ao termo do prazo de concessão; ou
  - a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura do contrato de concessão ou termo aditivo, no caso de antecipação dos efeitos da prorrogação.

## **Dos Encargos Setoriais**

- fica a União autorizada a adquirir créditos que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás detém contra a Itaipu Binacional;
- fica a União autorizada a destinar os créditos acima e os créditos que possuiu diretamente junto à Itaipu Binacional, à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.
- ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:
- as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;
  - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir da publicação da MP; e
  - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta MP.
- os recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) poderão ser transferidos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE);
- foi alterada a redação do artigo 13 da Lei 10.438/02 que dispõe sobre a expansão da oferta da energia elétrica emergencial;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



- foi extinto o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, de que trata o §3º do artigo 1º da Lei 8631/93;

- foram alterados enunciados das Leis nº 12.111/09, 9.648/98, 9.427/96, 10.848/04;

- foram revogados: o artigo 8º da Lei 8631/93; §§ 8º e 9º do artigo 13 da Lei 10438/02; artigo 13 da Lei 12.111/09

A Medida Provisória 579/12 entra em vigor na data de sua publicação.

DO DECRETO Nº 7.805, de 14 de setembro de 2012

Do Requerimento de Prorrogação das Concessões de Energia Elétrica

- o requerimento de prorrogação do prazo de concessão deverá ser dirigido à ANEEL, acompanhado de documentos;

- nos casos em que o prazo remanescente da concessão for igual ou inferior a 60 (sessenta) meses, o requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 15.10.2012;

- no caso de apresentação de prorrogação nos moldes da legislação anterior, tal deverá ser ratificado, no prazo acima mencionado;

- até 1º.11.2012 o poder concedente convocará as concessionárias para a assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão de energia elétrica, divulgará a respectiva minuta e definirá:

- para cada usina elétrica:
  - a tarifa e o valor da indenização;
  - para as instalações de transmissão:
    - a Receita Anual Permitida – RAP e o valor da indenização;

- a ANEEL realizará a revisão extraordinária das tarifas de uso dos sistemas de transmissão, para contemplar a RAP até 11.12.2012;

- as tarifas e a RAP serão aplicadas a partir de 1º.01.2013.

Da Alocação das Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência

- a alocação inicial das cotas de garantia física de energia e de potência observarão a necessidade de atendimento ao mercado e o equilíbrio na redução das tarifas das concessionárias de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN);

- a ANEEL autorizará o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas concessionárias de distribuição às tarifas de seus consumidores finais, caso os mecanismos previstos para tanto não sejam suficientes para compensar as variações de seu nível de contratação, decorrentes da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência;

- as concessionárias de distribuição que se interligarem ao SIN durante o ano de 2013 participarão da alocação inicial de cotas de que trata o artigo 4º do Decreto;

- a ANEEL divulgará até 20.01.2013 a alocação das cotas;

Da Contratação de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



- a ANEEL elaborará o Contrato (que deverá constar as disposições do parágrafo único do artigo 7º do Decreto) de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência, que será assinado pelas concessionárias de geração que tiverem suas concessões prorrogadas e pelas concessionárias de distribuição do SIN, nos termos do Decreto;

- para fins de aferição de lastro para cobertura de consumo das concessionárias de distribuição, será considerado o montante de 95% (noventa e cinco por cento) das cotas de garantia física de energia e de potência alocadas, nos termos dos arts. 4º e 6º do Decreto;

## **Da Indenização e do Valor Novo de Reposição**

- a indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados será calculada com base no Valor Novo de Reposição – VNR, e considerará a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação, até 31.09.2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE;

- o valor da indenização será atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária;

- os estudos para a definição do VNR das instalações de transmissão autorizadas pela ANEEL a partir de 31.05.2000 serão realizadas pela ANEEL, a partir da base atualizada de dados utilizada para a composição das respectivas Receitas Anuais Permitidas

- o valor da indenização será estabelecido em ato do poder concedente, até a data da convocação para assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão;

- foi alterada a redação dos incisos do artigo 13 e 24 do Decreto 5.163/04, assim como do inciso XI do artigo 2º do Decreto 5.17704;

- permanecerão inalterados, até 31.12.2012, os procedimentos cobrança e cálculo adotado nos processos tarifários em relação aos encargos setoriais, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e Reserva Global de Reversão – RGR;

O Decreto nº 7.805/12 entrou em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da MP 579/12 e de sua norma regulamentadora, Decreto 7805/12, [clique aqui](#).

---

## **25/09/2012 Portaria CAT 132, de 24-09-2012**

Altera a Portaria CAT-241/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de colchoaria, a que se refere o artigo 313-Z2 do Regulamento do ICMS e dá outras providências.

A Portaria CAT 132, de 24 de setembro de 2012, publicada em 25/09/2012, altera a Portaria CAT 241/09 que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de colchoaria, a que se refere o artigo 313-Z2 do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

A norma altera o artigo 3º da Portaria CAT 241/09 no sentido de estender a sua vigência até 31.12.2012. Após, no artigo 2º, determina que a partir de 01.01.2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z1 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Quando não houver a indicação do IVA-ST específico deverá ser aplicado o percentual de 159,34%.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no "caput";
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Foi revogada a Portaria CAT-124/12. A Portaria CAT 132/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor assim como do respectivo anexo único, [clique aqui](#).

## **25/09/2012 Portaria CAT 131, de 24-09-2012**

Altera a Portaria CAT-155/09, de 7 de agosto de 2009, que estabelece a base de cálculo na saída de máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos, a que se refere o artigo 313-Z12 do Regulamento do ICMS, e dá outras providências.

A Portaria CAT 131, de 24 de setembro de 2012, publicada em 25/09/2012, altera a Portaria CAT 155/09 que estabelece a base de cálculo na saída máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos, a que se refere o artigo 313-Z12 do RICMS, nos termos que seguem:

A norma altera o artigo 3º da Portaria CAT 155/09 no sentido de estender a sua vigência até 31.12.2012. Após, no artigo 2º, determina que a partir de 01.01.2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z11 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Quando não houver a indicação do IVA-ST específico deverá ser aplicado o percentual de 157,27%.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no "caput";
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Foi revogada a Portaria CAT-83/11 a partir de 01.10.2012. A Portaria CAT 131/2012 entra em vigor a partir de 01.10.2012 e, para conhecer seu inteiro teor assim como do respectivo anexo único, [clique aqui](#).

## **25/09/2012 Portaria CAT 130, de 24-09-2012**

*Altera a Portaria CAT-242/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de instrumentos musicais, suas partes e acessórios, a que se refere o artigo 313-Z8 do Regulamento do ICMS, e dá outras providências.*

A Portaria CAT 130, de 24 de setembro de 2012, publicada em 25/09/2012, altera a Portaria CAT 242/09 que estabelece a base de cálculo na saída de instrumentos musicais, suas partes e acessórios, a que se refere o artigo 313-Z8 do RICMS, nos termos que seguem:

A norma altera o artigo 3º da Portaria CAT 242/09 no sentido de estender a sua vigência até 31.12.2012. Após, no artigo 2º, determina que a partir de 01.01.2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z7 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no "caput";
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Foi revogada a Portaria CAT-84/11 a partir de 01.10.2012. A Portaria CAT 130/2012 entra em vigor a partir de 01.10.2012 e, para conhecer seu inteiro teor assim como do respectivo anexo único, [clique aqui](#).

## **25/09/2012 Portaria CAT 129, de 24-09-2012**

*Altera a Portaria CAT-240/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de brinquedos, a que se refere o artigo 313-Z10 do Regulamento do ICMS, e dá outras providências.*

A Portaria CAT 129, de 24 de setembro de 2012, publicada em 25/09/2012, altera a Portaria CAT 240/09 que estabelece a base de cálculo na saída de brinquedos, a que se refere o artigo 313-Z10 do RICMS, nos termos que seguem:

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



A norma altera o artigo 3º da Portaria CAT 240/09 no sentido de estender a sua vigência até 31.12.2012. Após, no artigo 2º, determina que a partir de 01.01.2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z9 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Quando não houver indicação do IVA-ST específico deverá ser aplicado o percentual de 198,68%.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no “caput”;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Foi revogada a Portaria CAT-88/11 a partir de 01.10.2012. A Portaria CAT 129/2012 entra em vigor a partir de 01.10.2012 e, para conhecer seu inteiro teor assim como do respectivo anexo único, [clique aqui](#).

## **25/09/2012 Portaria CAT 128, de 24-9-2012**

Altera a Portaria CAT-170/09, de 28-08-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de bicicletas, suas partes, peças e acessórios, a que se refere o artigo 313-Z6 do Regulamento do ICMS, e dá outras providências.

A Portaria CAT 128, de 24 de setembro de 2012, publicada em 25/09/2012, altera a Portaria CAT 170/09 que estabelece a base de cálculo na saída de bicicletas, suas partes, peças e acessórios, a que se refere o artigo 313-Z6 do Regulamento do ICMS, e dá outras providências, nos termos que seguem:

A norma altera o artigo 3º da Portaria CAT 170/09 no sentido de estender a sua vigência até 31.12.2012. Após, no artigo 2º, determina que a partir de 01.01.2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z5 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST e este será de 120,30% nas operações com bicicletas; 146,78% nas operações com partes, peças e acessórios de bicicletas; 172,01% nas operações com demais mercadorias arroladas no §1º do artigo 313-Z5.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no “caput”;



2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;

3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Foi revogada a Portaria CAT-87/11 a partir de 01.10.2012. A Portaria CAT 128/2012 entra em vigor a partir de 01.10.2012 e, para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

## **24/09/2012 Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012**

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.

Foi publicada aos 21 de setembro do corrente ano a Medida Provisória nº 582, que promoveu uma série de importantes alterações na legislação federal, dentre as quais se destaca a ampliação do rol de setores sujeitos a substituição da contribuição sobre a folha de pagamento por uma nova contribuição incidente sobre a receita bruta que visa desonerar a folha de pagamentos, parte integrante do Plano Brasil Maior.

A seguir, foram relacionados os principais aspectos da Medida Provisória nº 582, dentre os quais merecem especial destaque:

- Alterações na Lei nº 12.546, de 2011, que dentre outros assuntos, cuida da desoneração da folha de salários:

A redação do artigo 9º da Lei nº 12.546 foi adequada para o fim de dispor sobre o cálculo da contribuição sobre a folha de salários na hipótese de empresas que possuam atividade híbrida, ou seja, que fabriquem bens ou prestem serviços englobados na desoneração da folha e outros que não estejam no rol de produtos/serviços:

a) inclusão de segmentos beneficiados pela desoneração da folha de pagamento - alíquota de 1% sobre o valor da receita bruta para as empresas que fabricam carnes e miudezas refrigeradas; tintas e vernizes; produtos de beleza; tijolos, vidros, ferros e parafusos; determinados aparelhos elétricos e telefônicos; instrumentos e aparelhos para medicina, óticos, dentre outros, conforme classificação na TIPI;

b) exclusão de alguns segmentos beneficiados pela desoneração da folha de pagamento - empresas que fabricam resíduos de garrações, garrafas, frascos; fios, cabos e outros condutores para tensão não superior a 80 V, conforme classificação na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI)

COFINS – Importação – extensão da majoração de 1% aos novos produtos – vigência: 1º/janeiro/2013

- IRPJ - Lucro real - Depreciação acelerada

Para efeito de apuração do imposto sobre a renda, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real terão direito à depreciação acelerada, calculada pela aplicação adicional da taxa de depreciação usualmente admitida, sem prejuízo da depreciação contábil das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Tal disposição se aplica aos bens novos, relacionados em regulamento, adquiridos ou objeto de contrato de encomenda entre 16 de setembro e 31 de dezembro de 2012, e destinados ao ativo imobilizado do adquirente. Referida disposição ainda será regulamentada.

- Instituição do Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes - REIF

Foi instituído o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes - REIF. É beneficiária do REIF a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos, para incorporação ao seu ativo imobilizado, e a pessoa jurídica co-habilitada.

Não poderão aderir ao REIF às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional bem como as tributadas pelo lucro presumido.

Benefício: No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto relacionado ao REIF, fica suspenso:

a) o pagamento do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do regime;

b) do PIS/PASEP, COFINS e IPI incidentes na importação, quando efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REIF; c) do IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do REIF.

A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS também é aplicada sobre as receitas decorrentes da locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos à pessoa jurídica beneficiária do regime.

- Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - RETID

Ficam reduzidas a zero as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS, incidentes sobre a receita decorrente da venda de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos e materiais de construção bem como sobre a receita de locação dos referidos bens, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas.

Também há isenção do IPI dos bens supra citados, nos casos de venda realizada por estabelecimento industrial ou equiparado de pessoa jurídica beneficiária do regime, quando adquiridos pela União, para uso privativo das Forças Armadas.

Os benefícios poderão ser usufruídos até cinco anos contados de 21.09.2012.

IRPF e IRPJ - Incentivo Fiscal - PRONON e PRONAS/PCD - Dedução de doações e patrocínios

No que tange à possibilidade de dedução do imposto de renda sobre as doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços do PRONON e do PRONAS, foram estabelecidos os limites de:

a) 1% do IR devido com relação ao PRONON e a 1% do IR devido com relação ao PRONAS (às pessoas físicas);

b) de 1% do IR devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao PRONON e 1% do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao PRONAS, relativamente às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

- PIS/PASEP e COFINS -Laranja - Crédito presumido

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Foi estabelecido que a pessoa jurídica sujeita ao regime não cumulativo do PIS/PASEP e COFINS poderá descontar crédito presumido sobre as aquisições de laranjas utilizadas na industrialização do suco de laranja a ser exportado, que corresponderá a 25% das alíquotas efetivas do PIS/PASEP e da COFINS (vigência: a partir de 1º/janeiro/2013).

- Imposto de renda da pessoa física - Transporte de cargas - Percentual tributável - Alteração

Foi alterado o percentual a ser tributável pelo imposto de renda, no caso de transporte de cargas, para 10%, quando o contribuinte auferir rendimentos da prestação de serviços de transporte, em veículo próprio locado, ou adquirido com reservas de domínio ou alienação fiduciária. Vigência: 1º de janeiro de 2013.

PIS/PASEP e COFINS mercado interno e importação - Massas alimentícias - Alíquota zero

Foi prorrogada até 31 de dezembro de 2013, a redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da venda de massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da Tipi.

Para acessar o inteiro teor da Medida Provisória nº 582, de 2012, [clique aqui](#).

## **18/09/2012 Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012**

Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nºs 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Foi publicada aos 18 de setembro do corrente ano a Lei nº 12.715, resultado da conversão da Medida Provisória nº 563, de 2012, promoveu uma série de importantes alterações na legislação federal, dentre as quais se destacam a substituição da contribuição sobre a folha de pagamento por uma nova contribuição incidente sobre a receita bruta que visa desonerar a folha de pagamentos, parte integrante do Plano Brasil Maior.

A seguir, foram relacionados os principais aspectos da Lei Federal nº 12.715, dentre os quais merecem especial destaque:

Do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência PRONAS/PCD

O Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON visa aumentar os recursos do setor privado para ações/serviços de prevenção e combate ao câncer, a promoção da informação, pesquisa, diagnóstico, tratamento, cuidados paliativos e reabilitação, por meio de deduções, do imposto de renda devido, das doações e patrocínios efetuados em favor de associações ou fundações dedicadas à pesquisa e ao tratamento do câncer.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD busca captar recursos para a promoção, a prevenção, o diagnóstico precoce das deficiências, bem como o tratamento, a reabilitação e a indicação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção voltadas à pessoa com deficiência.

O PRONAS/PCD também será implementado mediante a utilização de incentivo fiscal de dedução do imposto de renda devido, das doações e patrocínios efetuados por pessoas físicas e jurídicas.

A avaliação da aplicação dos recursos destinados aos programas ficará a encargos do Ministério da Saúde, que, em caso de não execução ou má-qualidade dessas ações, poderá inabilitar a instituição destinatária por até 3 anos. As ações incentivadas deverão estar de acordo com a Política definida para o setor no Plano Nacional de Saúde e nas diretrizes do Ministério da Educação, além de garantir o controle social, nos termos da Lei nº 8.142/1990.

**Programa Um Computador por Aluno e do Regime Especial de Incentivo a Computadores para uso educacional – PROUCA E REICOMP**

Instituição do PROUCA – Programa Um Computador por Aluno objetiva promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador – software - neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.

Sua viabilização se dará por meio do REICOMP – Regime Especial de Incentivo a Computadores para uso educacional, por meio de benefício dirigido à pessoa jurídica habilitada no programa que exerça atividade de fabricação dos equipamentos a serem relacionados pelo Poder Executivo e vencedora do processo de licitação pública.

O REICOMP suspende:

- IPI incidente sobre a saída do estabelecimento industrial de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos beneficiados, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;
- Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita decorrente da: a) venda de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos beneficiados, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime; ou b) prestação de serviços por pessoa jurídica estabelecida no País a pessoa jurídica habilitada ao regime, quando destinados aos equipamentos beneficiados; e
- IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação, do Imposto de Importação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação incidente sobre: a) matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos beneficiados, quando importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime; b) o pagamento de serviços importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime, quando destinados aos equipamentos beneficiados.

Foi instituído ainda o regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil (creches e pré-escolas), cuja oferta é de responsabilidade dos Municípios e do Distrito Federal no aludido regime tributário, para obras contratadas a partir de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

A tributação da empresa, em relação a cada creche ou pré-escola construída passa a ter como base a receita mensal recebida, sobre a qual incidirá a alíquota de 1%. Trata-se de uma tributação unificada que compreende IRPJ, CSLL, e PIS/COFINS.

A sistemática aplicável ao PROUCA, por meio do REICOMP será estendida, com as devidas adaptações, a sistemática do regime especial tributário do patrimônio de afetação previsto na Lei nº 10.931/2004, aplicável aos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social no âmbito do Programa minha casa, minha vida.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicação - REPNBL-Re

O Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicação – REPNBL-Redes é destinado a projetos de implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga, incluindo estações terrenas satelitais que contribuam com os objetivos de implantação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

É beneficiária do REPNBL-Redes a pessoa jurídica habilitada que tenha projeto aprovado para a consecução dos objetivos de implantação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

No caso de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras civis abrangidas no projeto ficam suspensos os seguintes tributos:

- Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes; e

- IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes.

O prazo para apresentação dos projetos de implantação foi mantido para 30 de junho de 2013 e o REPNBL-Redes abrangerá as construções, implantações ou modernizações de redes de telecomunicações realizadas entre 04/04/2012 a 31/12/2016.

## **REPORTO**

Foram promovidas alterações no REPORTO para o fim de incluir, dentre os benefícios conferidos aos beneficiários do regime (suspensão do IPI, PIS e COFINS e quando for o caso do Imposto de Importação, sobre as vendas, e as importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens, no mercado interno, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do regime) as aquisições destinadas a “carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos”, “sistemas suplementares de apoio operacional”, “proteção ambiental” e “sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações”, “dragagens” e “treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de centro de Treinamento Profissional”.

Além disso, estenderam-se os benefícios desse importante regime especial às empresas autorizadas a explorar instalação portuária de uso privativo exclusivo, inclusive aquelas que operaram com embarcações “*offshore*”.

Mudança pontual, de cunho meramente administrativo, para prever que os veículos adquiridos com o benefício deverão receber identificação visual externa, a ser definida pelo órgão competente do Poder Executivo, retirando a competência expressa da Secretaria Especial de Portos para função;

Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR- AUTO

O INOVAR-Auto tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças (vigência a partir de sua regulamentação).

São beneficiárias do programa as empresas fabricantes, no País, dos produtos classificados nas posições 87.01 a 87.06 da TIPI, inclusive as empresas que tiverem projeto aprovado de investimento para produção dos produtos envolvidos.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O Poder Executivo estabelecerá: as condições e os limites para a utilização do crédito presumido de IPI e as condições para habilitação ao INOVAR-AUTO, podendo exigir que as empresas habilitadas realizem, no País:

- atividades fabris e de infraestrutura de engenharia, diretamente ou por terceiros;
- investimentos em pesquisa e desenvolvimento;
- dispêndio em engenharia, tecnologia industrial básica e de desenvolvimento de fornecedores; e
- adesão ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

O benefício fiscal consiste em crédito presumido de IPI, com base nos dispêndios realizados no País, em cada trimestre-calendário, pela empresa com: I - pesquisa; II - desenvolvimento tecnológico; III - inovação tecnológica; IV - insumos estratégicos; V - ferramentaria; VI – recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT na forma do regulamento; e VII - capacitação de fornecedores.

- A empresa habilitada deverá cumprir o compromisso de observar os níveis mínimos de eficiência energética relativamente a todos os veículos produzidos no País;
- Ampliado o escopo do programa: empresas que fabriquem, no País, os produtos classificados nas posições 87.01 a 87.06 da TIPI; empresas que comercializem, no País, os produtos dessas posições e; as empresas que tenham projeto aprovado para instalação no País, de fábrica ou, no caso daquelas já instaladas, de novas plantas ou projetos industriais para a produção de novos modelos desses produtos.
- A habitação fica condicionada à regularidade fiscal e à comprovação de entrega da EFD - Escrituração Fiscal Digital;
- Terá validade de 12 meses, prorrogáveis por mais 12, observado o termo final de 31/12/2017;
- Resumo do benefício: as empresas habilitadas farão jus a crédito presumido do IPI, com base nos dispêndios realizados no País, em cada mês-calendário com: (a) pesquisa; (b) desenvolvimento tecnológico; (c) inovação tecnológica; (d) insumos estratégicos; (e) ferramentaria; (f) recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT na forma do regulamento; (g) capacitação de fornecedores; e (h) engenharia e tecnologia industrial básica;

O crédito presumido de IPI aqui tratado não impede a manutenção dos benefícios previstos nos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.440/97, no art. 1º da Lei nº 9.826/99 e no regime especial de tributação de que trata o art. 56 da MP 2.158-35/2001;

Importação de mercadorias sem observância à legislação ambiental, saúde, segurança pública e normas sanitárias, dentre outras

A importação de mercadoria estrangeira não autorizada com fundamento na legislação de proteção ao meio ambiente, saúde, segurança pública ou em atendimento a controles sanitários, fitossanitários e zoossanitários obrigará o importador, imediatamente após a ciência de que não será autorizada a importação, a destruir ou a devolver diretamente a mercadoria ao local onde originalmente foi embarcada, quando sua destruição no País não for autorizada pelo órgão competente, sob a responsabilidade do transportador internacional da mercadoria importada.

## **Preços de Transferência**

Foram promovidas sensíveis alterações nas regras aplicáveis a Preços de Transferência, especificamente no que tange aos métodos utilizados na dedução do lucro real de custos, despesas e encargos relativos a operações com pessoa jurídica vinculada, conforme descrição abaixo:

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- *Método de Preços Independentes Comparados ou PIC:* passa a ser a média aritmética ponderada dos preços de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, apurados no mercado brasileiro ou de outros países, em operações de compra e empreendidas pela própria interessada ou por terceiros, em condições de pagamento semelhantes;
- *Método do Custo de Produção mais Lucro ou CPL:* fica baseado no custo médio ponderado de produção dos bens, serviços e direitos, idênticos ou similares, acrescido dos impostos e taxas cobrados na exportação no País onde tiverem sido originalmente produzidos e de margem de lucro de 20%, calculada sobre o custo apurado;
- *Método do Preço de Revenda menos Lucro ou PRL:* considerará a média aritmética ponderada dos preços de venda, no País, nos bens, direitos ou serviços importados, em condições de pagamento semelhantes e calculados sobre (i) preço líquido de venda; (ii) percentual de participação dos bens, direitos ou serviços importados no custo total do bem, direito ou serviço vendido; (iii) participação dos bens, direitos ou serviços importados no preço de venda do bem, direito ou serviço vendido; (iv) margem de lucro e (v) preço parâmetro. Para fins de cálculo do PRL, não integram os custos os valores correspondentes aos tributos incidentes na importação, bem como os dispêndios realizados no desembaraço aduaneiro;

As margens do PRL (Preço de Revenda menos Lucro) serão aplicadas conforme o setor da atividade econômica da pessoa jurídica brasileira.

- Alteração do art. 12 da Lei nº 9.430/96, que diz respeito ao momento da incidência do IR e da CSLL nas operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras autorizadas pelo BACEN, em casos de renegociação da dívida; O reconhecimento da receita para fins de incidência do IR e da CSLL ocorrerá no momento do efetivo recebimento do crédito.
- A redação anterior atrelava o reconhecimento da receita ao efetivo recebimento do crédito apenas nas operações de financiamento rural e operação de crédito concedido a pessoa física de valor igual ou inferior a R\$ 30.000,00, apurado no momento da perda dos créditos.
- A redação do § 12, que diz respeito às margens de lucro, teve a sua redação aperfeiçoada: ao invés de “fabricação de x produtos”, passou a constar apenas o setor de “produtos farmoquímicos e farmacêuticos”, por exemplo.
- Acrescentou ainda o § 17, para prever que em relação ao PIC, se não houver operações que representem no mínimo 5% do valor das importações sujeitas a esse controle, o percentual (de 5%) poderá ser complementado com as importações efetuadas no ano anterior, ajustado pela variação cambial.
- Foi acrescentado ainda o § 5º ao art. 22 que prevê a possibilidade do Ministro da Fazenda reduzir ou restabelecer o percentual do *spread* (juros pagos a pessoa vinculada quando decorrentes de contrato de mútuo serão dedutíveis até o montante que não exceda ao valor calculado com base na LIBOR, independentemente de registro no BACEN);
- Foi acrescentado ao art. 18-A, que diz respeito Método do Preço sob Cotação na Importação – PCI, o § 4º, que prevê a hipótese de comparar os preços dos bens importados, quando não houver cotação dos bens em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas, com aqueles obtidos a partir de fontes de dados independentemente fornecidas por instituições de pesquisa setoriais internacionalmente reconhecidas para cotação de preços.

No caso do método PECEX (art. 19-A) a disposição sugerida para o Método PCI é reprisada, mas ainda é prevista a possibilidade de, em caso de não existir cotação dos bens em bolsas de mercadorias, além da possibilidade de obter esses dados através de fontes independentes, os preços poderão ser definidos por agências ou órgãos reguladores e publicados no DOU.



## **Desoneração da folha de pagamento - Contribuição sobre a Receita Bruta**

De agosto de 2012 a 31 de dezembro de 2014 as empresas dos setores de “confeccções\*, têxtil\*, calçados\*, móveis, plásticos, material elétrico, autopeças, ônibus, naval, aéreo, hotéis, call-center\*, software\* [1](tecnologia da informação e tecnologia da informação e comunicação) passam a recolher a contribuição social sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais e a receita bruta decorrente de exportações, em substituição à contribuição previdenciária de que tratam os incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, à alíquota de:

- (a) 2,0% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de TI e TIC; e
- (b) 1,0% sobre a receita bruta das empresas que fabricam os produtos relacionados no Anexo à Lei nº 12.715/2012;

A substituição da contribuição sobre a folha de salários (incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, incidente sobre a remuneração paga aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais) pela Contribuição sobre a Receita Bruta em comento é de aplicação obrigatória e deverá ser recolhida até o dia 20 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

Além disso, foram igualmente incluídos no rol de setores da desoneração da folha de salários, aqueles direcionados à área de transporte, tais como: I - de manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos; II - de transporte aéreo de carga; III - de transporte aéreo de passageiros regular; IV - de transporte marítimo de carga na navegação de cabotagem; V - de transporte marítimo de passageiros na navegação de cabotagem; VI - de transporte marítimo de carga na navegação de longo curso; VII - de transporte marítimo de passageiros na navegação de longo curso; VIII - de transporte por navegação interior de carga; IX - de transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; e X - de navegação de apoio marítimo e de apoio portuário.

A partir de 1º de janeiro de 2013, foram incluídos no Anexo os NCM's de produtos dos setores de brinquedos, tais como bonecos, triciclos, trens elétricos, musicais, dentre outros, classificados sob os NCM's 9503.00.10, 9503.00.21, 9503.00.22, 9503.00.29, 9503.00.31, 9503.00.39, 9503.00.40, 9503.00.50, 9503.00.60, 9503.00.70, 9503.00.80, 9503.00.91, 9503.00.97, 9503.00.98, 9503.00.99 da TIPI.

Foi mantida a instituição de Comissão Tripartite para representar os setores relacionados no Anexo da Lei nº 12.546/11, a qual foi anteriormente criada pelo Decreto nº 7.711, de 03/04/2012, que regulamenta o disposto no art.10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação aos serviços, as disposições contidas na Medida Provisória nº 563 foram mantidas, exceto pela inclusão das empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal e interestadual e internacional enquadradas na classe 4922-1 da CNAE 2.0 (inclusão do inciso III ao art. 7º da MP 563/2012);

A substituição da contribuição sobre a folha pela receita bruta, nos moldes propostos pela Lei nº 12.715/2012 não se aplica a: (a) empresas que se dediquem a outras atividades além daquelas englobadas cuja receita decorrente dessas seja igual ou superior a 95% da receita bruta total e (b) aos fabricantes de automóveis, comerciais leves (caminhonetas, picapes, utilitários, vans e furgões), caminhões e chassis com motor para caminhão, chassis com motor para ônibus, tratores agrícolas e colheitadeiras agrícolas autopropelidas.

Para composição de base de cálculo da nova contribuição sobre a receita bruta, devem ser considerados os conceitos de industrialização e de industrialização sob encomenda previstos pela legislação do IPI.

Neste ponto, é de suma importância destacar que o disposto no inciso VI, do artigo 9º e inciso II do § 7º, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, da Medida Provisória nº 563, foram vetados pela Presidente da República. Referidos dispositivos legais referenciam-se ao conceito de receita bruta compreendidos o valor oriundo *da venda de produtos e serviços nas operações de conta própria ou alheia, bem como o ingresso de qualquer outra natureza auferido pela pessoa jurídica, independentemente de sua classificação contábil, sendo também irrelevante o tipo de atividade exercida pela pessoa jurídica.*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Na hipótese de empresas que exerçam atividade mista, ou seja, que se dedicam a outras atividades além daquelas inseridas na desoneração da folha, o cálculo da contribuição deverá observar (i) as disposições contidas nos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011, na redação dada pelo art. 55 da Lei nº 12.715, de 2012; (ii) ao disposto no artigo 22 da Lei nº 8.212/1991, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas à fabricação dos produtos relacionados no Anexo à Lei nº 12.546/2011, na redação dada pela Lei nº 12.715/2012.

No tocante ao 13º salário, as empresas deverão apurar a incidência da contribuição previdenciária sobre a folha (incisos I e III do artigo 22, da Lei nº 8.212/1991) proporcionalmente ao período anterior à incidência da contribuição sobre a receita bruta.

Para efeitos da determinação da base de cálculo da contribuição sobre a receita bruta, podem ser excluídos (a) as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, (b) o IPI, se incluído na receita bruta e o (c) ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.

**Do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores**

O PADIS, instituído por força da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, teve a sua abrangência aumentada, pois o rol de beneficiários passou a contar com os fornecedores de dispositivos eletrônicos semicondutores (NCM 85.41 e 85.42) e display, entre outros.

**Conceito de empresa preponderantemente exportadora**

Por meio de alteração no §3º, do art. 29, da Lei nº 10.637/2002, foi mantida a redução de percentual para enquadramento de empresa preponderantemente exportadora para 50% de sua receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano calendário imediatamente anterior.

O benefício aqui comentado atinge também as PJ beneficiadas pelo REPES e RECAP, nos quais os percentuais são reduzidos de 60% para 50%.

**COFINS-Importação**

Foi mantida a majoração de 1% sobre a alíquota da COFINS-Importação (§ 21 do art. 8º, da Lei nº 10.865/2004) para os produtos relacionados no Anexo à Lei nº 12.546/2011, relativos aos seguintes setores: (a) farmacêutico; (b) produtos químicos; (c) desperdícios, resíduos e aparas; produtos intermediários; obras de plástico; (d) borracha e suas obras; (e) peles e couros; (f) cortiça aglomerada; (g) vestuário; (h) têxtil; (i) calçados; (j) chapéus e semelhantes, exceto capacete e artefatos de uso semelhante de proteção; (k) obras de pedra; (l) produto cerâmico; (m) vidros e suas obras; (n) ferro e aço, exceto tubos e perfis ocos, sem costura; outros tubos (por exemplo, soldados ou rebitados), de seção circular, de diâmetro exterior superior a 406,4mm e os outros tubos e perfis ocos (por exemplo, soldados, rebitados, agrafados ou com os bordos simplesmente aproximados); (o) artigos de cutelaria e talheres; (p) fechaduras e semelhantes; (q) máquinas e equipamentos, inclusive aparelhos de telecomunicação, reprodução, gravação de som e imagem; (r) veículos automotores; (s) helicópteros, aviões e suas partes; (t) embarcações; (u) artigos de relojoaria; (v) construções pré-fabricadas; (x) edredons; (y) brinquedos e jogos.

**Programa de inclusão digital**

Foi alterada a redação do inciso I do artigo 28 da Lei nº 11.196/05, para o fim de incluir os roteadores digitais, os smartphones, máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, dentre outros, entre os bens de informática, produzidos conforme processo produtivo básico, beneficiados com a redução a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo.

**IPI – Cigarros - Do cancelamento do registro especial:**

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Altera o art. 2º do DL nº 1.593/1977 e acresce os arts. 2º-A, 2º-B e 2º-D, relativamente ao Registro Especial para fabricação de cigarros, classificados no cód. 2402.20.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

Assim, a prática reiterada de comercialização de cigarros sem Nota Fiscal, o não recolhimento de tributos e omissão ou erro nas declarações a serem encaminhadas à Receita Federal do Brasil passam a ser consideradas *não cumprimento de obrigação tributária* (principal ou acessória) capaz de ensejar a perda do registro especial, independentemente da regularidade fiscal da pessoa jurídica, sem possibilidade de concessão de novo registro especial, pelo prazo de 5 anos.

Ressalte-se, que, os efeitos desta perda acarretará a vedação também aos membros do quadro societário, com exceção dos sócios (pessoas jurídicas) que ainda não tenham sofrido o cancelamento do registro especial.

As pessoas (físicas e jurídicas) que tiverem seus registros especiais cancelados ficam impedidas de praticarem a fabricação ou importação no período de vedação sob pena de serem suas mercadorias apreendidas pela fiscalização.

## SUDAM e SUDENE

Alteração realizada na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, passou a prever a redução de 75% do Imposto sobre Renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração, a partir do ano calendário de 2000, para pessoa jurídica com projeto protocolado e aprovado até 31/12/2018 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores considerados como prioritários para o desenvolvimento regional (SUDENE e SUDAM).

Prorroga para até 31/12/2018 a possibilidade de aproveitamento do percentual de 30% previsto no [inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 1997](#), para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

## Licitações

Dispensa o procedimento de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Reduz a zero as alíquotas de PIS/COFINS sobre a receita decorrente de água mineral natural comercializada em recipiente com capacidade inferior a 10 litros (NCM 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da TIPI);

A Lei nº 12.715, de 2012 entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos conforme abaixo mencionado:

- PROUCA e REICOMP – a partir da regulamentação dos artigos 15 a 23 até 31/12/2015;
- INOVAR – Auto e PADIS – a partir de sua regulamentação;
- Preços de Transferência – a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Contribuição sobre a receita bruta: a.1) alíquota de 2% sobre o valor da receita bruta - para as empresas que prestam serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros (CNAE 4921-3 e 4922-1); a.2) alíquota de 1% sobre o valor da receita bruta - para as empresas que prestam serviços de manutenção e reparação de aeronaves, de transporte de cargas e passageiros (aéreo, marítimo e por navegação), de navegação de apoio marítimo e de apoio portuário; a.3) alíquota de 1% sobre o valor da receita bruta - para as empresas que fabricam brinquedos; mármore, cerâmicas, pedras; animais vivos e miudezas; glândulas e outras substâncias de origem animal utilizadas na preparação de produtos farmacêuticos; milho, soja, cereais e farinhas; produtos de pasteleria, pós e pellets, de carnes, de miudezas e de pescados, impróprios para alimentação humana; sangue humano, sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



ou de diagnóstico, vacinas; medicamentos, conforme classificação na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), dentre outros - de 1º. 1.2013 a 31.12.2014;

Para acessar o inteiro teor da Lei nº 12.715, de 2012, [clique aqui](#).

[1] (\*) setores que já pagam a contribuição sobre a receita bruta à alíquota de 1,5% ou 2,5%, conforme disposição da Lei nº 12.546/2011.

## **12/09/2012 Instrução Normativa RFB nº 1.290, de 06 de setembro de 2012**

*Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.022, de 05 de abril de 2010, que dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais.*

A Instrução Normativa RFB nº 1.290, publicada aos 10 de setembro do corrente ano, altera e inclui dispositivos na Instrução Normativa RFB nº 1.022, de 05 de abril de 2010, que dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais.

A Instrução Normativa RFB nº 1.290/2012, acrescenta os artigos 22-A, 22-B, 22-C e 22-D à Instrução Normativa RFB nº 1.022/10 para tratar da tributação do “Fundo de Investimento em Índice de Mercado – Fundo de Índice de Ações”.

Outra modificação relevante foi a revogação do parágrafo 7º do art. 26-A, que tratava de regulamentação por parte da Comissão de Valor Mobiliários e da Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre as instituições autorizadas a constituir fundo de investimento com carteira em Debêntures.

Além disso, a Instrução Normativa RFB nº 1.290/2012, que entrou em vigor na data de sua publicação, alterou outras disposições relativas à tributação do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos advindos do mercado financeiro. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

## **12/09/2012 Protocolos 107, 108, 109, 110, 111, 114, 116 e 118/12**

Dispõem sobre a substituição tributária nas operações com artefatos de uso doméstico; artigos de papelaria; bicicletas; brinquedos; colchoaria; instrumentos musicais; materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno e materiais de limpeza.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo celebraram os Protocolos 107, 108, 109, 110, 111, 114, 116 e 118/12, todos de 03.09.2012, publicados no Diário Oficial da União de 05.09.2012 dispondo sobre a substituição tributária nas operações com os produtos supramencionados.

As normas determinam que nas operações interestaduais com as mercadorias listadas nos Anexos Únicos abaixo colacionados, destinadas aos Estados de Santa Catarina, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes. Essa sujeição passiva aplica-se também à diferença entre a alíquota interna e a



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



interestadual sobre a base de cálculo da operação própria, na hipótese de entrada decorrente de operação interestadual, em estabelecimento de contribuinte, de mercadoria destinada a uso ou consumo ou ativo permanente.

Na cláusula segunda restam previstas as situações em que não se aplicará o protocolo. Já as cláusulas terceira e quarta tratam da base de cálculo e alíquota que devem ser aplicadas para apuração do valor devido, que deverá ser recolhido até o dia 09 do mês subsequente ao da remessa da mercadoria mediante GNRE (cláusula sexta).

Ainda, fica estabelecido que as mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária de que tratam os protocolos serão objeto de emissão de documento fiscal específico, não podendo conter outras mercadorias, e o estabelecimento que efetuar a retenção remeterá à Secretaria de Fazenda do Estado de origem o arquivo digital previsto no Convênio ICMS 57/95, até o dia 15 do mês subsequente.

Por último, cada Protocolo, traz o novo texto do Anexo Único.

Os Protocolos ICMS nº 107, 108, 109, 110, 111, 114, 116 e 118/12, de 3 de setembro de 2012 entram em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação. Para conhecer o inteiro teor dos Protocolos e dos Anexos Únicos, [clique aqui](#).

---

## **12/09/2012 Decreto nº 7.796/12**

Altera a redação de Notas Complementares aos Capítulos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI que menciona, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

Em atendimento a pleito FIESP/CIESP foi publicado no Diário Oficial da União, de 31.08.2012, o Decreto 7.796/12, de 30.08.2012, que altera a redação de Notas Complementares aos Capítulos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI que menciona, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

Esse Decreto altera a data da vigência da redução das alíquotas de IPI de vários produtos (NCMs) sendo aplicável aos seguintes setores:

Segundo o Decreto:

- foram alteradas as redações de várias Notas Complementares dos Capítulos 25, 27, 32, 38, 39, 44, 48, 68, 69, 73, 74, 83, 84, 85, 87, 89, 90 e 94 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011 (vide Anexo I) e,

- foi criada a Nota Complementar NC(44-2) ao Capítulo 44 da TIPI (vide Anexo II).

O Decreto nº 7.796/12 entrou em vigor na data de sua publicação e, para conhecer o seu inteiro teor, assim como os Anexos I e II, [clique aqui](#).

---



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



## **11/09/2012 Protocolo 112/12**

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo celebraram o Protocolo 112/12, de 03.09.2012, publicado no Diário Oficial da União de 05.09.2012 dispondo sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

A norma determina que nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo Único abaixo colacionado, destinada aos Estados de Santa Catarina, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes. Essa sujeição passiva aplica-se também à diferença entre a alíquota interna e a interestadual sobre a base de cálculo da operação própria, na hipótese de entrada decorrente de operação interestadual, em estabelecimento de contribuinte, de mercadoria destinada a uso ou consumo.

Na cláusula segunda restam previstas as situações em que não se aplicará o protocolo. Já as cláusulas terceira trata da base de cálculo e alíquota que devem ser aplicadas para apuração do valor devido, que deverá ser recolhido até o dia 09 do mês subsequente ao da remessa da mercadoria mediante GNRE (cláusula sexta).

A cláusula quarta prevê que nas operações interestaduais realizadas entre estabelecimentos de empresas interdependentes, o remetente deverá adotar como MVA-original o percentual de 177,19% e explicita em quais as situações se considera que os estabelecimento sejam interdependentes.

Ainda, fica estabelecido que as mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária de que tratam os protocolos serão objeto de emissão de documento fiscal específico, não podendo conter outras mercadorias, e o estabelecimento que efetuar a retenção remeterá à Secretaria de Fazenda do Estado de origem o arquivo digital previsto no Convênio ICMS 57/95, até o dia 15 do mês subsequente.

Por último, o Protocolo traz o novo texto do Anexo Único.

O Protocolo ICMS nº 112, de 3 de setembro de 2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação. Para conhecer o inteiro teor do Protocolo e do Anexo Único, [clique aqui](#).

## **11/09/2012 Protocolos 106, 113, 115, 117 e 119/12**

Dispõem sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos; ferramentas; máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos; materiais elétricos e; produtos alimentícios.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, celebraram os Protocolos 106, 113, 115, 117 e 119, todos de 03.09.2012, publicados no Diário Oficial da União de 05.09.2012 dispondo sobre a substituição tributária nas operações com os produtos supramencionados.

As normas determinam que nas operações interestaduais com as mercadorias listadas nos Anexos Únicos abaixo colacionados, destinadas aos Estados de Santa Catarina ou São Paulo, fica atribuída ao estabelecimento remetente,

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes. Essa sujeição passiva aplica-se também à diferença entre a alíquota interna e a interestadual sobre a base de cálculo da operação própria, na hipótese de entrada decorrente de operação interestadual, em estabelecimento de contribuinte, de mercadoria destinada a uso ou consumo ou ativo permanente.

Na cláusula segunda restam previstas as situações em que não se aplicará o protocolo. Já as cláusulas terceira e quarta tratam da base de cálculo e alíquota que devem ser aplicadas para apuração do valor devido, que deverá ser recolhido até o dia 09 do mês subsequente ao da remessa da mercadoria mediante GNRE (cláusula sexta).

Ainda, fica estabelecido que as mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária de que tratam os protocolos serão objeto de emissão de documento fiscal específico, não podendo conter outras mercadorias, e o estabelecimento que efetuar a retenção remeterá à Secretaria de Fazenda do Estado de origem o arquivo digital previsto no Convênio ICMS 57/95, até o dia 15 do mês subsequente.

Por último, cada Protocolo, traz o novo texto do Anexo Único.

Os Protocolos ICMS nº 106, 113, 115, 117 e 119, de 3 de setembro de 2012 entram em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação. Para conhecer o inteiro teor dos Protocolos e dos Anexos Únicos, [clique aqui](#).

---

## **06/09/2012 Portaria CAT 121, de 27-08-2012**

Estabelece a base de cálculo na saída de produtos de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 121, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de produtos de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de agosto de 2012 a 30 de abril de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Y do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no "caput";
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Por sua vez, o artigo 2º, determina que a partir de 1º de maio de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Y do

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST e este será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 31 de julho de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 31 de janeiro de 2014, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (31.07.2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de maio de 2014 e, em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela fórmula indicada alhures.

Foi revogada a Portaria CAT-92/12. A Portaria CAT 121/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor e respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

## **06/09/2012 Portaria CAT 120, DE 27-08-2012**

Estabelece a base de cálculo na saída dos materiais elétricos, a que se refere o artigo 313-Z18 do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 120, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída dos materiais elétricos, a que se refere o artigo 313-Z18 do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de julho de 2012 a 31 de março de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z17 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;

2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;

3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Por sua vez, o artigo 2º - A partir de 1º de abril de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z17 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST e este será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 30 de junho de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 31 de dezembro de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (30.06.2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de abril de 2014 e, em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela fórmula indicada alhures.

Foi revogada a Portaria CAT-79/12. A Portaria CAT 120/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor e respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

## **06/09/2012 Portaria CAT 119, de 27-08-2012**

Estabelece a base de cálculo na saída de ferramentas e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z4 do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 119, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de ferramentas e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z4 do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de maio de 2012 a 31 de janeiro de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z3 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no "caput";

2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;



3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Por sua vez, o artigo 2º determina que a partir de 1º de fevereiro de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z3 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST e este será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 30 de abril de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
- b) até 31 de outubro de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (30.04.2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de fevereiro de 2014 e, em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela fórmula indicada alhures.

Foi revogada a Portaria CAT-47/12. A Portaria CAT 119/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor e respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

## **06/09/2012 Portaria CAT 118, de 27-08-2012**

*Estabelece a base de cálculo na saída de produtos fonográficos, a que se refere o artigo 313-N do Regulamento do ICMS.*

A Portaria CAT 118, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de produtos fonográficos, a que se refere o artigo 313-N do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de maio de 2012 a 31 de janeiro de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-M do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST e este será de 59,82% (cinquenta e nove inteiros e oitenta e dois centésimos por cento).

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no "caput";

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;

3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Por sua vez, o artigo 2º determina que a partir de 1º de fevereiro de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-M do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST e este será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 30 de abril de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 31 de outubro de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (30.04.2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de fevereiro de 2014 e, em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela fórmula indicada alhures.

Foi revogada a Portaria CAT-57/12. A Portaria CAT 118/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

## **06/09/2012 Portaria CAT 117, de 27-08-2012 - Estabelece a base de cálculo na saída de ração tipo "pet" para animais domésticos, a que se refere o artigo 313-J do Regulamento do ICMS.**

A Portaria CAT 117, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de ração tipo "pet" para animais domésticos, a que se refere o artigo 313-J do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de maio de 2012 a 31 de dezembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes de ração tipo "pet" para animais domésticos, classificada na posição 23.09 da Nomenclatura Comum do Mercosul - Sistema Harmonizado - NCM/SH, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST que será de 50,17% (cinquenta inteiros e dezessete centésimos por cento).

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Por sua vez, o artigo 2º, determina que a partir de 1º de janeiro de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes de ração tipo “pet” para animais domésticos, classificada na posição 23.09 da Nomenclatura Comum do Mercosul - Sistema Harmonizado - NCM/SH, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST e este será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 31 de março de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
- b) até 30 de setembro de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (31.03.2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2014 e, em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula indicada alhures.

Foi revogada a Portaria CAT-43/12. A Portaria CAT 117/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

## **06/09/2012 Portaria CAT 116/12**

Estabelece a base de cálculo na saída de autopeças, a que se refere o artigo 313-P do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 116, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de autopeças, a que se refere o art. 313-P do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de maio de 2012 a 31 de dezembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-O do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST.

O Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST será:





1 - 33,08% (trinta e três inteiros e oito centésimos por cento), tratando-se de saída de estabelecimento:

a) de fabricante de veículos automotores, para atender índice de fidelidade de compra de que trata o artigo 8º da Lei federal 6.729, de 28 de novembro de 1979;

b) de fabricante de veículos, máquinas e implementos agrícolas ou rodoviários, cuja distribuição seja efetuada de forma exclusiva, mediante contrato de fidelidade;

c) atacadista de peças controlado por fabricante de veículo automotor, que opere exclusivamente junto aos concessionários integrantes da rede de distribuição do referido fabricante, mediante contrato de fidelidade;

2 - 65,10% (sessenta e cinco inteiros e dez centésimos por cento) nos demais casos.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;

2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;

3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Por sua vez, o artigo 2º, determina que a partir de 1º de janeiro de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-O do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo, o IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 31 de março de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 30 de setembro de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (31.03.2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2014.

Foi revogada a Portaria CAT-55/12. A Portaria CAT 116/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).



## **05/09/2012 Portaria CAT 115/12**

Estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se referem os arts. 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, com destino a revendedores que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta.

A Portaria CAT 115, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se referem os arts. 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, com destino a revendedores que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta, nos termos que seguem:

No período de 1º de agosto de 2012 a 31 de dezembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º dos artigos 313-E e 313-G do RICMS, com destino a revendedor localizado em território paulista que atue no segmento de vendas ao consumidor final pelo sistema porta-a-porta, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único. Quando não houver a indicação do IVA-ST específico para a mercadoria, deverá ser aplicado o IVA-ST médio estabelecido para o setor conforme segue:

1 - para saída da indústria: 339% (trezentos e trinta e nove por cento);

2 - para saída do atacado: 43% (quarenta e três por cento).

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;

2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;

3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Por sua vez, o artigo 2º, determina que a partir de 1º de janeiro de 2014, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º dos artigos 313-E e 313-G do RICMS, com destino a revendedor localizado em território paulista que atue no segmento de vendas ao consumidor final pelo sistema porta-a-porta, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST, que será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 31 de março de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 30 de setembro de 2013, a entrega do levantamento de preços;



2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (31.03.2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2014.

Tratando-se de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula já indicada.

Foi revogada a Portaria CAT-78/12.

A Portaria CAT 115/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor, além do Anexo Único, [clique aqui](#).

## **05/09/2012 Portaria CAT 114, de 27-08-2012**

Estabelece a base de cálculo na saída de artefatos de uso doméstico, a que se refere o artigo 313-Z16 do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 114, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de artefatos de uso doméstico, a que se refere o artigo 313-Z16 do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de maio de 2012 a 31 de outubro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z15 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;

2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;

3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Por sua vez, o artigo 2º, determina que a partir de 1º de novembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z15 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST, que será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 31 de janeiro de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
- b) até 31 de julho de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (31.01.2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de novembro de 2013.

Tratando-se de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela fórmula já indicada.

Foi revogada a Portaria CAT-53/12.

A Portaria CAT 114/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor, além do Anexo Único, [clique aqui](#).

---

## **05/09/2012 Portaria CAT 113, de 27-08-2012**

Estabelece a base de cálculo na saída de produtos de limpeza, a que se refere o artigo 313-L do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 113, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de produtos de limpeza, a que se refere o artigo 313-L do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de maio de 2012 a 30 de setembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-K do Regulamento do ICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Já hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Por sua vez o artigo 2º, determina que a partir de 1º de outubro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-K do

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Regulamento do ICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST e este será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 31 de dezembro de 2012, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
- b) até 30 de junho de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto (31.12.2012), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de outubro de 2013.

Tratando-se de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela fórmula já indicada.

Foi revogada a Portaria CAT-52/12.

A Portaria CAT 113/2012 entra em vigor a partir de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor, além do Anexo Único, [clique aqui](#).

---

## **05/09/2012 Portaria CAT 112, de 27-08-2012**

Estabelece a base de cálculo na saída de produtos da indústria alimentícia, a que se refere o artigo 313-X do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 112, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo do imposto na saída de produtos da indústria alimentícia, a que se refere o artigo 313-X do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de março de 2012 a 31 de outubro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-W do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único e, quando não houver IVA-ST específico deverá ser utilizado o percentual de 72,15%.

Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:



- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Já o artigo 2º da citada portaria determina que a partir de 1º de novembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-W do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST, que será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 31 de janeiro de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
- b) até 31 de julho de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto no item “a” a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de novembro de 2013.

Em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula já indicada.

Foi revogada a Portaria CAT-20/12, a partir de 1º/09/2012.

A Portaria CAT 112/2012 entrou em vigor a partir de 1º/09/2012 e para conhecer o seu inteiro teor, além do Anexo Único, [clique aqui](#).

---

## **05/09/2012 Portaria CAT 111, de 27-08-2012**

*Estabelece a base de cálculo do imposto na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se referem os artigos 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS.*

A Portaria CAT 111, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo do imposto na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se refere o artigo 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de março de 2012 a 30 de setembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º dos artigos 313-E e 313-G do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST relacionado no Anexo Único.



Em determinadas hipóteses deverá ser aplicado o percentual de 177,19% para o IVA-ST, quais sejam:

- 1 - quando não houver a indicação do IVA-ST específico para a mercadoria no Anexo Único;
- 2 - nas operações realizadas entre estabelecimentos de empresas interdependentes. Consideram-se estabelecimentos de empresas interdependentes:
  - 2.1 - uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges e filhos menores, for titular de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital da outra;
  - 2.2 - uma delas tiver participação na outra de 15% (quinze por cento) ou mais do capital social, por si, seus sócios ou acionistas, bem assim por intermédio de parentes destes até o segundo grau e respectivos cônjuges, se a participação societária for de pessoa física (Lei federal 4.502/64, art. 42, I, e Lei federal 7.798/89, art. 9º);
  - 2.3 - de ambas, uma mesma pessoa fizer parte, na qualidade de diretor, ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação (Lei federal 4.502/64, art. 42, II);
  - 2.4 - uma tiver vendido ou consignado à outra, no ano anterior, mais de 20% (vinte por cento), no caso de distribuição com exclusividade em determinada área do território nacional, e mais de 50% (cinquenta por cento), nos demais casos, do volume das vendas dos produtos tributados, de sua fabricação ou importação (Lei federal 4.502/64, art. 42, III);
  - 2.5 - uma delas, por qualquer forma ou título, for a única adquirente, de um ou de mais de um dos produtos industrializados ou importados pela outra, ainda quando a exclusividade se refira à padronagem, marca ou tipo do produto (Lei federal 4.502/64, art.42, parágrafo único, “a”);
  - 2.6 - uma vender à outra, mediante contrato de participação ou ajuste semelhante, produto tributado que tenha fabricado ou importado (Lei federal 4.502/64, art. 42, parágrafo único, “b”);
  - 2.7 - uma delas locar ou transferir à outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadoria;
  - 2.8 - uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação.
  - 2.9 - Não caracteriza a interdependência referida nos itens 2.4 e 2.5 a venda de matéria-prima ou produto intermediário, destinados exclusivamente à industrialização de produtos do comprador.

Segundo o § 4º do artigo 1º da citada portaria, na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no “caput”;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Já o artigo 2º estabelece que a partir de 1º de outubro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes dos produtos mencionados, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST. Esse IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 31 de dezembro de 2012, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
- b) até 30 de junho de 2013, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

§ 2º - Na hipótese de não cumprimento do prazo previsto na alínea “a” do item 1 do § 1º, a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de outubro de 2013.

No caso da entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula já indicada.

Foi revogada a Portaria CAT-19/12, de 24 de fevereiro de 2012.

A Portaria CAT 111/2012 entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, além do Anexo Único, [clique aqui](#).

---

## **05/09/2012 Portaria CAT 110, de 27-08-2012**

*Estabelece a base de cálculo na saída de pilhas e baterias novas, a que se refere o artigo 313-R do Regulamento do ICMS.*

A Portaria CAT 110, de 27 de agosto de 2012, publicada em 28/08/2012, estabelece a base de cálculo na saída de pilhas e baterias novas, a que se refere o artigo 313-R do Regulamento do ICMS, nos termos que seguem:

No período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de agosto de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes de pilhas e baterias novas, classificadas na posição 85.06 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado – NBM/SH, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carroto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST.

O IVA-ST será de 63,91%.

Segundo o §2º do artigo 1º da citada portaria, na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

- 1 - IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no caput;
- 2 - ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- 3 - ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Já o artigo 2º estabelece que a partir de 1º de setembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes de pilhas e baterias novas (classificação já mencionada), com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST que será de 73,10%.

No caso da entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", calculado pela fórmula já indicada.

O artigo 3º dispõe que o IVA-ST previsto no § 1º do artigo 2º poderá ser substituído por um outro percentual, desde que, cumulativamente:

"I - a entidade representativa do setor apresente à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

- a) até 30 de novembro de 2012, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;
- b) até 31 de maio de 2013, a entrega do levantamento de preços;

II - seja editada a legislação correspondente.

Parágrafo único - O atraso no cumprimento dos prazos previstos no inciso I poderá acarretar:

- 1 - o adiamento proporcional na implementação do IVA-ST resultante do levantamento de preços;
- 2 - a aplicação do disposto no artigo 2º enquanto não ocorrer a implementação mencionada no item 1."

Foi revogada a Portaria CAT-171/11, de 27 de dezembro de 2011.

A Portaria CAT 110/2012 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 110/12, [clique aqui](#).

---

**05/09/2012 Resolução nº 144, de 10 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.**

Publicada no Diário Oficial da União em 04 de setembro de 2012, a Resolução nº 144, de 10 de julho do mesmo ano, editada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, do Ministério do Meio Ambiente, estabelece diretrizes para implementação da *Política Nacional de Segurança de Barragens*, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334/2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433/1997.



De acordo com esta norma, constituem *Diretrizes Gerais da Implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens*:

- 1) a integração da Política Nacional de Segurança de Barragens às respectivas políticas setoriais;
- 2) a integração da gestão da segurança das barragens à segurança do empreendimento, em todas as suas fases;
- 3) a adequação da gestão da segurança das barragens às diversidades físicas, econômicas, sociais e ambientais das diversas regiões do país, às características técnicas dos empreendimentos e ao dano potencial das barragens; e
- 4) a divulgação das informações relacionadas à segurança de barragens associadas a promoção de ações para esclarecimento da população.

O *Plano de Segurança da Barragem* deverá ser elaborado pelo empreendedor, e compreender, no mínimo, os seguintes itens:

- a) identificação do empreendedor;
- b) dados técnicos referentes à implantação do empreendimento, inclusive, no caso de empreendimentos construídos após a promulgação da Lei no 12.334, de 2010, do projeto como construído, bem como aqueles necessários para a operação e manutenção da barragem;
- c) estrutura organizacional e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança da barragem;
- d) manuais de procedimentos dos roteiros de inspeções de segurança e de monitoramento e relatórios de segurança da barragem;
- e) regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem;
- f) indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos, a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes, exceto aqueles indispensáveis à manutenção e à operação da barragem;
- g) Plano de Ação de Emergência-PAE, quando exigido;
- h) relatórios das inspeções de segurança; e
- i) revisões periódicas de segurança.

Este plano deverá ser atualizado em decorrência das inspeções regulares e especiais e das revisões periódicas de segurança da barragem, incorporando suas exigências e recomendações.

Os órgãos fiscalizadores poderão estabelecer prazos para elaboração da primeira edição do Plano de Segurança das barragens existentes, em função da categoria de risco, do dano potencial e do volume.

O *Relatório de Segurança de Barragens*, cuja coordenação da sua elaboração é da Agência Nacional de Águas-ANA e os órgãos fiscalizadores são responsáveis pelas informações a serem enviadas, deverá conter, no mínimo, informações atualizadas sobre:

- a) os cadastros de barragens mantidos pelos órgãos fiscalizadores;
- b) a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens;
- c) a relação das barragens que apresentem categoria de risco alto;



d) as principais ações para melhoria da segurança de barragem implementadas pelos empreendedores;

e) a descrição dos principais acidentes e incidentes durante o período de competência do relatório, bem como análise por parte dos empreendedores e o respectivo órgão fiscalizador sobre as causas,

consequências e medidas adotadas;

f) a relação dos órgãos fiscalizadores que remeteram informações para a Agência Nacional de Águas-ANA com a síntese das informações enviadas; e

g) os recursos dos orçamentos fiscais da União e dos Estados previstos e aplicados durante o período de competência do relatório em ações para a segurança de barragens.

A ANA, até 30 de junho de cada ano, poderá estabelecer o conteúdo das contribuições e formulários padronizados para recebimento das informações que comporão o *Relatório de Segurança de Barragens*, devendo ser disponibilizados em seu sítio eletrônico. Os empreendedores terão prazo até 31 de outubro de cada ano para enviar aos órgãos fiscalizadores as informações necessárias para elaboração do Relatório de Segurança de Barragens e os órgãos fiscalizadores terão prazo até 31 de janeiro de cada ano para enviar à ANA as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no *link* abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução nº 144, de 10 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), [clique aqui](#).

***05/09/2012 Resolução nº 143, de 10 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.***

Publicada no Diário Oficial da União em 04 de setembro de 2012, a Resolução nº 143, de 10 de julho do mesmo ano, editada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, do Ministério do Meio Ambiente, estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 12.334/2010.

De acordo com esta norma, as *barragens* serão classificadas por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, com base em critérios gerais estabelecidos nesta Resolução, cuja classificação, procedimentos e prazos ao seu cumprimento serão definidos pelos órgãos fiscalizadores.

O empreendedor poderá solicitar revisão da classificação efetuada pelo respectivo órgão fiscalizador, devendo, para tanto, apresentar estudo que comprove essa necessidade.

As barragens são classificadas da seguinte forma:

QUANTO À CATEGORIA DE RISCO: as barragens serão classificadas de acordo com aspectos da própria barragem que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente, levando-se em conta os seguintes critérios gerais:



1 - características técnicas:

- a) altura do barramento;
- b) comprimento do coroamento da barragem;
- c) tipo de barragem quanto ao material de construção;
- d) tipo de fundação da barragem;
- e) idade da barragem;
- f) tempo de recorrência da vazão de projeto do vertedouro;

2 - estado de conservação da barragem:

- a) confiabilidade das estruturas extravasoras;
- b) confiabilidade das estruturas de captação;
- c) eclusa;
- d) percolação;
- e) deformações e recalques;
- f) deterioração dos taludes.

3 - Plano de Segurança da Barragem:

- a) existência de documentação de projeto;
- b) estrutura organizacional e qualificação dos profissionais da equipe técnica de segurança da barragem;
- c) procedimentos de inspeções de segurança e de monitoramento;
- d) regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem; e
- e) relatórios de inspeção de segurança com análise e interpretação.

O órgão fiscalizador poderá adotar critérios complementares tecnicamente justificados. Caso o *empreendedor da barragem* não apresente informações sobre determinado critério especificado acima, ou em critérios complementares, o órgão fiscalizador aplicará a pontuação máxima para o referido critério.

QUANTO AO DANO POTENCIAL ASSOCIADO: os critérios gerais a serem utilizados para classificação quanto ao dano potencial associado na área afetada são:

- a) existência de população a jusante com potencial de perda de vidas humanas;
- b) existência de unidades habitacionais ou equipamentos urbanos ou comunitários;
- c) existência de infraestrutura ou serviços;
- d) existência de equipamentos de serviços públicos essenciais;



e) existência de áreas protegidas definidas em legislação;

f) natureza dos rejeitos ou resíduos armazenados; e

g) volume.

O órgão fiscalizador poderá adotar critérios complementares tecnicamente justificados. Caso o empreendedor da barragem não apresente informações sobre determinado critério especificado acima ou em critérios complementares, o órgão fiscalizador aplicará a pontuação máxima para o referido critério.

QUANTO AO VOLUME: para disposição de rejeito mineral e/ou resíduo industrial, quanto ao volume do reservatório, considerar-se-á:

a) muito pequeno: reservatório com volume total inferior ou igual a 500 mil metros cúbicos;

b) pequena: reservatório com volume total superior a 500 mil metros cúbicos e inferior ou igual a 5 milhões de metros cúbicos;

c) média: reservatório com volume total superior a 5 milhões de metros cúbicos e inferior ou igual a 25 milhões de metros cúbicos;

d) grande: reservatório com volume total superior a 25 milhões e inferior ou igual a 50 milhões de metros cúbicos; e

e) muito grande: reservatório com volume total superior a 50 milhões de metros cúbicos.

Classificação de barragens para acumulação de água, quanto ao volume de seu reservatório:

- pequena: reservatório com volume inferior ou igual a 5 milhões de metros cúbicos;

- média: reservatório com volume superior a 5 milhões de metros cúbicos e inferior ou igual a 75 milhões de metros cúbicos;

- grande: reservatório com volume superior a 75 milhões de metros cúbicos e inferior ou igual a 200 milhões de metros cúbicos; e

- muito grande: reservatório com volume superior a 200 milhões de metros cúbicos.

Para as classificações das barragens acima, os órgãos fiscalizadores deverão considerar os quadros constantes dos Anexos I e II desta Resolução.

A fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, às entidades seguintes:

1) à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico;

2) à entidade que concedeu ou autorizou o uso do potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica;

3) à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos;

4) à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação e operação para fins de disposição de resíduos industriais.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no *link* abaixo.



# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução nº 143, de 10 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), [clique aqui](#).

## **05/09/2012 Portaria nº 416, de 3 de setembro de 2012, do Departamento Nacional de Produção Mineral.**

Publicada no Diário Oficial da União em 5 de setembro de 2012, a Portaria nº 416, de 3 de setembro do mesmo ano, editada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, cria o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração e dispõe sobre o Plano de Segurança, Revisão Periódica de Segurança e Inspeções Regulares e Especiais de Segurança as Barragens de Mineração conforme a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Esta Portaria define a sistemática de cadastramento das barragens fiscalizadas pelo DNPM, a periodicidade e o conteúdo mínimo das respectivas informações e a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável e equipe técnica, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, da Revisão Periódica de Segurança da Barragem e das Inspeções de Segurança Regulares e Especiais das Barragens de Mineração.

O *Capítulo I* desta norma se aplica a toda e qualquer barragem de mineração, enquanto os demais dispositivos legais se aplicam a barragens destinadas à *acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais* que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- 1) altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros);
- 2) capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000m<sup>3</sup> (três milhões de metros cúbicos);
- 3) reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis; e
- 4) categoria de dano potencial associado, médio ou alto.

### CADASTRO DAS BARRAGENS DE MINERAÇÃO (CAPÍTULO I):

As barragens de mineração serão cadastradas diretamente no sistema do Relatório Anual de Lavra - RAL, disponível no sítio do DNPM na internet, juntamente com a declaração dos demais dados do empreendimento. O empreendedor ficará obrigado a declarar todas as barragens de mineração em construção, em operação e desativadas sob sua responsabilidade.

O cadastramento das barragens deverá ser efetuado anualmente, por meio da apresentação do RAL, no prazo fixado para entrega do RAL do respectivo ano-base pela Portaria DNPM nº 12, de 13 de janeiro de 2011, que estabelece os procedimentos para sua entrega e processamento.

O conteúdo mínimo a ser informado pelo titular quando do cadastro das barragens será aquele solicitado no RAL no local concernente ao cadastramento de barragens.

### PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (CAPÍTULO II):

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



As barragens de mineração serão classificadas de acordo com o quadro de classificação quanto ao *Risco e ao Dano Potencial Associado*, nas classes A, B, C, D e E, constante no *Anexo I*. Esta classificação será efetuada em consonância com o declarado pelo empreendedor no Relatório Anual de Lavra - RAL. Sua atualização será efetuada pelo DNPM a cada cinco anos, ou em menor período a seu critério. E poderá ser atualizada a qualquer tempo, em decorrência da alteração de suas características, características do rejeito depositado ou da ocupação do vale a jusante que requeiram a revisão da categoria de Risco ou do Dano Potencial Associado à barragem ou por quaisquer outros motivos a critério do DNPM.

O *Plano de Segurança da Barragem* é instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens, de implementação obrigatória pelo empreendedor, cujo objetivo é auxiliá-lo na gestão da segurança da barragem e deverá ser composto ordinariamente por quatro volumes, respectivamente:

- a) volume I - Informações Gerais;
- b) volume II - Planos e Procedimentos;
- c) volume III - Registros e Controles; e
- d) volume IV - Revisão Periódica de Segurança de Barragem.

Quando se tratar de barragens com Dano Potencial Associado Alto, o Plano de Segurança da Barragem deverá, ainda, ser composto pelo volume V, referente ao *Plano de Ação de Emergência*.

O conteúdo mínimo de cada volume será detalhado no *Anexo II*. Todas as barragens de mineração construídas a partir da data de publicação desta Portaria deverão conter projeto "como construído" - "as built".

O *Plano de Segurança da Barragem* deverá ser elaborado:

- (i) por responsável técnico com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, com atribuições profissionais para projeto, construção, operação ou manutenção de barragens, compatíveis com as definidas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, e
- (ii) até o início da operação da barragem, a partir de quando deverá estar disponível para utilização pela Equipe de Segurança de Barragem e para os órgãos fiscalizadores, no próprio local da barragem e, na inexistência de escritório

O *Plano de Segurança da Barragem* deverá ser atualizado em decorrência das Inspeções Regulares e Especiais e das Revisões Periódicas de Segurança da Barragem, incorporando suas exigências e recomendações.

## INSPEÇÕES REGULARES E ESPECIAIS DE BARRAGEM (CAPÍTULO III):

O empreendedor deverá realizar, quinzenalmente, ou em menor período, a seu critério, Inspeções de Segurança Regular de rotina na barragem sob sua responsabilidade.

Anualmente, até o dia 20 de setembro, o empreendedor deverá realizar Inspeção Anual de Segurança Regular de Barragem, elaborar Relatório de Inspeção Regular da Barragem, preencher o Extrato da inspeção de Segurança Regular da Barragem e emitir a Declaração de Estabilidade da Barragem, nos termos desta Portaria, ressalvados os empreendedores que possuem barragens de mineração já implantadas ou cuja implantação será concluída até 20/09/2012, que deverão encaminhar sua RAL ao DNPM na forma da Portaria DNPM nº 12/2011 e nos termos desta Portaria (artigos 36 e 37).

Quando, durante as vistorias de rotina, for constatada na barragem de mineração anomalia que resulte na pontuação máxima de 10 (dez) pontos, em qualquer coluna do quadro de Estado de Conservação referente à Categoria de Risco da Barragem, conforme *Anexo IV*, o empreendedor deverá realizar Inspeções de Segurança Especiais, observadas as regras de Inspeções Especiais previstas nos artigos 26 e seguintes desta Portaria.



As Inspeções de Segurança Regular e Especial de Barragem deverão ser efetuadas pela Equipe de Segurança da Barragem ou por empresa externa contratada pelo empreendedor, composta por profissionais treinados e capacitados. Os Relatórios de Inspeção de Segurança Regular e Especial de Barragem, os respectivos extratos e a Declaração de Condição de Estabilidade da Barragem deverão ser elaborados por equipe ou profissional com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, cujas atribuições profissionais para projeto, construção, operação ou manutenção de barragens de terra ou de concreto sejam compatíveis com as definidas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.

#### **SANÇÃO (CAPÍTULO IV):**

O não cumprimento das obrigações previstas nesta Portaria e a apresentação de informações inverídicas ao DNPM, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas, conforme o caso, sujeitarão o infrator às penalidades estabelecidas no art. 100, II, c/c art. 54, V e XVI do Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968, e art. 9º, caput, IV, VI e VII, e §§ 1º e 2º da Lei nº 7.805/89.

A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Portaria, no [link](#) abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Portaria nº 416, de 3 de setembro de 2012, do Departamento Nacional de Produção Mineral, [clique aqui](#).

---

### ***05/09/2012 Instrução Normativa nº 8, de 3 de setembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).***

Publicada no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2012, a Instrução Normativa nº 8, de 3 de setembro do mesmo ano, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instituir, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.

De acordo com esta norma, os fabricantes nacionais e os importadores de pilhas e baterias e dos produtos que as incorporem:

- a) deverão declarar, no Relatório Anual de Atividades, do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, as informações presentes no ANEXO I desta Instrução Normativa;
- b) devem se inscrever no CTF conforme categorias e descrições constantes no ANEXO II.

O laudo físico-químico de composição das pilhas e baterias, exigido de fabricantes nacionais e importadores, deve ser apresentado para os sistemas eletroquímicos zinco-manganês, alcalino-manganês e chumbo-ácido, contendo as informações presentes no ANEXO I, e deverá ser anexado por meio eletrônico no ato do preenchimento do formulário específico do Relatório Anual de Atividades do CTF para importadores e fabricantes nacionais de pilhas e baterias, conforme o mesmo ANEXO I. Havendo alteração técnica do produto, deve-se apresentar um novo laudo físico-químico.

O *Plano de Gerenciamento de Pilhas e Baterias*, exigido no artigo 3º, inciso III, da Resolução Conama nº 401/2008, deverá ser apresentado ao IBAMA somente por meio de formulário específico no Relatório Anual de Atividades do CTF para importadores e fabricantes nacionais de pilhas e baterias, constando as informações presentes no referido ANEXO I.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Quando a importação de pilhas e baterias for realizada por terceiro, onde a mercadoria importada é repassada ao contratante, configurando-se este como o real comercializador do produto, as exigências quanto à apresentação do laudo físico-químico e Plano de Gerenciamento recaem ao contratante, devendo este se registrar no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. A empresa terceirizada contratada para efetuar a importação deve apresentar ao IBAMA a cópia autenticada do contrato firmado entre as partes, que caracterize a vinculação da entrega de todas as unidades importadas à empresa contratante, esta cópia deverá ser encaminhada somente por meio eletrônico conforme ANEXO I.

Os importadores deverão afixar as informações exigidas para pilhas e baterias e produtos que as incorporem em território nacional antes de sua comercialização incluindo a adaptação de suas embalagens e manuais.

Os recicladores de pilhas e baterias devem se inscrever no CTF conforme categoria e descrição de atividade indicada no ANEXO II e as empresas recicladoras de pilhas e baterias usadas ou inservíveis devem declarar no Relatório Anual de Atividades, por meio de formulário específico para pilhas e baterias, as informações descritas no ANEXO I.

O transporte das pilhas e baterias usadas ou inservíveis deverá ser efetuado por pessoa física ou jurídica, inscrita no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF do IBAMA, conforme o ANEXO II.

As pilhas e baterias usadas ou inservíveis, a serem recolhidas nos estabelecimentos de venda e na rede de assistência técnica autorizada, devem ser acondicionadas de forma a evitar vazamentos e a contaminação do meio ambiente ou risco à saúde humana.

Ainda de acordo com esta Instrução Normativa, para os casos onde os produtos não são comercializados em território nacional, conforme listado abaixo, não se aplicam os procedimentos desta Instrução Normativa, ressalvado às pilhas, baterias e produtos que as contenham, quando nacionalizados:

- admissão temporária;
- drawback;
- retorno de mercadorias;
- reimportação;
- admissão em entreposto aduaneiro;
- admissão em Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado - RECOF;
- retorno de exportação temporária;
- Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental - PEXPAM

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Instrução Normativa nº 03, de 30 de março de 2010.

Demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no *link* abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Instrução Normativa nº 8, de 3 de setembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), [clique aqui](#).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



---

## **05/09/2012 Comunicado DA 66/2012**

Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/10/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 05/09/2012, o Comunicado DA 66, de 04/09/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/10/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF 31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/10/2012 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 66/2012, [clique aqui](#).